

PROGRAMA CAPACITASUAS DO RIO GRANDE DO NORTE 2014/2015: PRÁTICA E VIVÊNCIA EXTENSIONISTA NA UERN

Suzaneide Ferreira da Silva Menezes*
 Joana D'arc Lacerda Alves Felipe**
 Marcia da Silva Pereira Castro+
 Aione Maria da Costa Sousa++
 Maria Ivonete Soares Coelho#
 Etevaldo Almeida Silva##
 Kleylenda Linhares da Silva∅
 José Cristovão de Lima∅∅
 Lígia Maria Bandeira Guerra•
 Jacinta de Fátima Martins Malala••
 Fernanda Kallyne Rego de Oliveira Morais··

RESUMO: a experiência em tela se propôs a capacitar, em nível de nivelamento, os trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social, nos termos da Política Nacional de Assistência Social, do Plano Nacional de Assistência Social e da Política de Governo 2012/2015, no contexto das transformações societárias e das formas de enfrentamento ao aprofundamento da questão social. Tendo como demandante da ação o Ministério do Desenvolvimento Social, a época, e o governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), com acompanhamento do Conselho Estadual de Assistência Social, com materialização do processo realizado pelos quadros docente, técnico e estudantil da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e apoio de docentes de outras IES. A capacitação foi realizada no ano de 2014 em cinco cidades consideradas polos da região, na perspectiva de abranger todos os municípios do estado. No processo participaram mais de 1.500 trabalhadores do SUAS de distintas responsabilidades com a execução da política

* Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Coordenadora Pedagógica do Capacitasuas, suzaneidemenezes@gmail.com.

** Professora Mestra da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

+ Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

++ Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Professor Mestre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

∅ Professora Mestre da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

∅∅ Professor Mestre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

• TNS Doutora da Pró-reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

•• Professora Mestre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

·· Professora Mestre da Universidade Potiguar (UnP).

de assistência social. A metodologia trabalhada no processo partiu de uma matriz curricular elaborada pelo MDS com 3 cursos divididos por módulos, que foram adequados pelos docentes da UERN a realidade do estado e trabalhados os conteúdos e vivências, conforme preconizado na matriz e pela realidade constatada em sala de aula. A experiência foi avaliada pelos parceiros envolvidos, com base nas avaliações dos profissionais/alunos, e pelo formato do programa, com significativa na contribuição para o conhecimento da política, sua execução com maior efetividade e qualidade, maior conhecimento sobre as realidades municipais e troca de experiências sobre as formas de enfrentamento as expressões da questão social.

Palavras-chave: Assistência social. Formação continuada. Compromisso social. Parceria interinstitucional.

CAPACITASUAS PROGRAM IN RIO GRANDE DO NORTE 2014/2015: EXTENSION PRACTICE AND EXPERIENCE AT UERN

ABSTRACT: Capacitasuas is an extension program that aims to qualify, at the level of leveling, the workers of the Unified Social Assistance System - SUAS, in accordance with the National Social Assistance Policy, the National Social Assistance Plan and the Government Policy 2012/2015. The training was conducted in 2014, in five pole cities aiming to include all municipalities of Rio Grande do Norte, involving more than 1.500 workers from SUAS. The methodology was based on a curricular matrix elaborated by the Ministry for Social Development with 3 courses divided in modules by the State University of Rio Grande do Norte teachers. The experience was evaluated by the partners involved and the results showed more knowledge about the municipal realities and exchange of experiences on how to deal with the expressions of the social issues.

Keywords: Social Assistance. Continuous Training. Social Commitment. Institutional Partnership.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) através da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e da Faculdade de Serviço Social (FASSO) foi contratada pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), do Estado do Rio Grande do Norte, através do Termo de Cooperação Técnica e Descentralização de Recursos Nº. 01 /2013¹, a Execução do Programa CAPACITASUAS da Rede Nacional de Capacitação e Educação

1 O presente Termo teve vigência até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por concordância e interesse mútuos, nos termos da legislação vigente.

Permanente do Sistema Único da Assistência Social (RENE SUAS²), enquanto instituição credenciada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), hoje denominado Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), segundo a Lei nº. 13.341, de 29/09/2016, inciso V, Diário Oficial da União (DOU), nº. 189, de 30 de setembro de 2016. Destacam-se nesse processo o envolvimento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP).

O Programa CAPACITASUAS, aprovado pela Resolução CNAS Nº 08, de 16 de março de 2012, objetivou capacitar técnicos e gestores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e conselheiros com base nos princípios norteadores do Programa Brasil Sem Miséria e da agenda do reordenamento da NOB-SUAS 2012, considerando essencial à capacidade e qualidade da efetivação e aprimoramento da gestão do sistema, no caso, no âmbito municipal, a partir do planejamento de intervenção, de domínio do marco regulatório, da elaboração do plano municipal de assistência social, da capacitação dos trabalhadores da assistência social.

Lembramos que essa proposta tem vinculação com o processo de interiorização das universidades brasileiras, em que as ações de capacitação estão vinculadas a extensão que de acordo com o *Plano Nacional de Extensão* a ação de extensão se expressa em quatro diretrizes para a Extensão Universitária: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na oportunidade efetivávamos o compromisso social, materializando ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento – com centralidade na cidadania, na integração com as políticas públicas, com as demandas da população e compromisso com a transformação na efetivação da política de assistência social no RN.

Compreendendo que a assistência social é uma política não contributiva que deve ser vista na perspectiva da garantia de direitos, combate ao assistencialismo e ao clientelismo, que a garantia de direitos, a qualificação dos serviços, a desprecarização do trabalho e a capacidade instalada dos municípios estão

2 A Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS é constituída por Instituições de Ensino Superior – IES, Escolas de Governo e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia- IF, para participarem do esforço de capacitação dos trabalhadores do SUAS.

articulados para que a gestão do SUAS seja qualificada no cumprimento de seus eixos estruturantes.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP) contém diretrizes norteadoras para a aprendizagem e desenvolvimento de competências. É nessa perspectiva que o CAPACITASUAS se desenvolveu buscando disseminar e nivelar a política de assistência social preconizada na PNAS e no Plano de Governo da Presidente Dilma Roussef. Nesse processo foi articulada e pactuada entre as instituições de ensino superior e os estados a sua materialização. No RN o processo foi pactuado entre o governo no Estado do Rio Grande do Norte e a UERN que coordenou e executou o programa em nível de Estado. A unidade gestora foi a PROEX através da Diretoria de Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão (DIRDES/PROEX) e o Departamento de Serviço Social que coordenou pedagogicamente a execução desde programa. No caso da Faculdade de Serviço Social o envolvimento se deu através de um grupo de docentes, em sua maioria doutoras, pesquisadoras da assistência social através do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas (GEPP) e de Núcleos de Extensão.

Nesse contexto, o presente artigo busca apresentar o processo e resultados do CAPACITASUAS, implementado e efetivado pela UERN que se propôs a capacitar os trabalhadores do SUAS em suas diferentes modalidades no estado do RN, bem como contribuir com a efetivação de uma política de assistência social, conforme preconizada em Lei e, mais além, de acordo com o sonhado na luta pela sua regulamentação.

Em virtude da importância e de sua abrangência iniciamos o processo de apresentação de sua estrutura e das estratégias adotadas para a sua efetivação no RN.

2 DESENHO DO CAPACITASUAS: ESTRATÉGIAS E VIVÊNCIAS NO DIÁLOGO SOBRE O SUAS

Para a apresentação do programa efetivado no estado do Rio Grande do Norte (RN) faz-se necessário apresentá-lo, destacando os responsáveis que além dos docentes, tivemos a participação efetiva de servidor técnico-administrativo e de

discentes da UERN, bem como da equipe de profissionais da SETHAS³, que enriqueceram e contribuíram para a efetivação dos trabalhos. Todo o processo foi acompanhado por representantes do Conselho Estadual de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

O programa traz a preocupação com o marco regulatório e o reordenamento do SUAS, quanto aos eixos de gestão, rede socioassistencial, financiamento e controle social; a qualificação da rede; a capacidade instalada no município; a precarização do trabalho; as estratégias de erradicação à pobreza, além de outras objetivando a efetiva melhoria da política. O Termo de Compromisso e o Termo de Referência já definiam os critérios para capacitação conforme a inserção dos profissionais nas diversas modalidades de execução da política. Dessa forma, os profissionais foram distribuídos nos cursos ofertados a partir de alguns perfis, quais sejam:

1º Curso (**Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria.**) se constitui de Profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos CRAS, CREAS, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços Volantes. Público dentre o qual será dada prioridade aos profissionais que possuem vínculo formal (efetivo, comissionado ou celetista) com as administrações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sendo composto por aproximadamente 680 Trabalhadores.

2º Curso (**Atualização em indicadores para diagnóstico e acompanhamento do SUAS**) são Gestores e técnicos de nível superior das secretarias de assistência social do estado, dos municípios e coordenadores de CRAS e CREAS. Sendo composto por aproximadamente 440 técnicos, contemplando todos os municípios do Rio Grande do Norte.

3º Curso (**Gestão financeira e orçamentária do SUAS**) se constitui de Técnicos que atuam diretamente nas atividades de gestão do fundo municipal de assistência social (nível médio e superior), dentre estes, serão priorizados os profissionais que possuem vínculo formal (estatutário, celetista e comissionado) com a Administração pública. Sendo este público composto por aproximadamente 440 técnicos (TERMO DE REFERÊNCIA CAPACITASUAS/UERN, 2013).

3 TNS - Maria José de Souza; Bolsistas graduados: Ana Lívia Fontes da Silva, Mara Rubia da Silva Araújo, Moisés Estácio Fernandes Maia, Cinthia Simão de Souza; Bolsistas graduandos: Maria Julia Sabino da Costa, Crislany Pereira Silva, Stephanny Carolliny Alves da Costa, Maria Suzana Souza Leite, Marcos Vinícius Basilio Felix; Colaboradores: Hyssa Hamylle Meneses Mota, Myckaeli Moreira de Araújo, Hiago Trindade de Lira Silva, Déborah Barrêto Batista, Fabrícia Ariadina Medeiros de Oliveira, Bruna Pinheiro Cavalcante, Maria do Socorro Gurgel Loyola, Thaís Pereira da Silva. Equipe da SETHAS: Maria Teresa de Almeida Gonçalves, Edvânia Freitas de Lima, Erika Thaliane Angela de Araújo, Leila Karineribeiro de Lima, Maria José Alves de Lima Coutinho e Yara Maria de Nassau Botelho.

Os cursos foram executados em módulos e aconteceram em cinco Pólos (Natal, Santa Cruz, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros)⁴ com o objetivo de descentralizar o processo de capacitação ao facilitar o deslocamento dos participantes, além de compor turmas mais homogêneas. Foram capacitados em torno de 1.560 trabalhadores do SUAS.

Nesse contexto, a universidade no exercício de suas funções básicas, ensino, pesquisa e extensão buscou garantir a qualidade e a acessibilidade aos trabalhadores da assistência social a possibilidade de explicitar as dimensões teórico/metodológica da política de assistência social, a partir da lógica do cotidiano institucional dos municípios de pequeno porte I e II, médio porte e grande porte. Cada uma desses grupos de municípios possuem peculiaridades que diferenciam quanto às dificuldades, a capacidade instalada, a forma de contratação dos trabalhadores sendo estes efetivos e temporários, sendo este último a de maior magnitude, o que corresponde a dura realidade de que na atualidade poucos continuam e que há a necessidade de acessar esses mesmos cursos a um universo

⁴ Polo Natal: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará Mirim, Espírito Santo, Extremoz, Goianinha, Macaíba, Montanhas, Natal, Nísia Floresta, Pedra Grande, Pedro Velho, Parnamirim, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Senador Gergino Avelino, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, Tibau do Sul, Taipu, Touros, Vilar Flor, Maxaranguape; Polo Santa Cruz: Barcelona, Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Bento Fernandes, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Ielmo Marinho, Jaçanã, Japi, Jundiá, Jandaíra, João Câmara, Lagoa de Velhos, Lajes Pintada, Lagoa Danta, Lagoa De Pedras, Lagoa Salgada, Monte das Gameleiras, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Parazinho, Poço Branco, Ruy Barbosa, Riachuelo, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José de Campestre, São Tomé, Serra de São Bento, Serra de São Bento, Sítio Novo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Eloy de Souza, Serra Caiada (Pte. Juscelino), Serrinha, Tangará, Várzea Vera Cruz; Polo Caicó: Afonso Bezerra, Angicos, Acari, Bodó, Caiçara do Rio do Vento, Caiçara do Norte, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Cerro Corá, Equador, Fernando Pedroza, Florânia, Galinhos, Guamaré, Ipueira, Jardim de Angicos, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Lajes, Lagoa Nova, Macau, Ouro Branco, Pedra Preta, Pedro Avelino, Parelhas, São Bento Do Norte, São João Do Sabugi, Serra Negra do Norte, Santana do Seridó, São José do Seridó, São Vicente, Santana do Matos, Timbauba dos Batistas, Tenente Laurentino Cruz, São Fernando; Polo Mossoró: Apodi, Areia Branca, Almino Afonso, Antonio Martins, Assu, Alto do Rodrigues, Baraúna, Caraúbas, Campo Grande, Felipe Guerra, Frutuoso Gomes, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Janduis, João Dias, Jucurutu, Lucrecia, Messias Targino, Mossoró, Martins, Olho D'água dos Borges, Parau, Patu, Pendências, Porto do Mangue, Rafael Godeiro, Serra Do Mel, Serrinha Dos Pintos, São Rafael, Tibau, Triunfo Potiguar, Upanema, Umarizal, Carnaubais; Polo Pau dos Ferros: Alexandria, Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Itau, José da Penha, Luis Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Rodolfo Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, São Miguel, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Viçosa, Venha Ver.

de trabalhadores que talvez não tenham tido a oportunidade, pelo número reduzido de vagas ou por não estarem ainda inseridos nesse campo de trabalho.

O baixo número de trabalhadores efetivos enfraquece o processo. Capacitamos, muitas vezes, trabalhadores que não dariam continuidade as atividades em virtude de seu vínculo empregatício. Mesmo assim, o processo de nivelamento, de proximidade ao sistema de monitoramento e avaliação do SUAS e a abordagem aos recursos e co-financiamento da política de assistência social consideramos ter sido de grande relevância, bem como o material pedagógico disponibilizado pelo MDSA fora de qualidade e pertinente aos objetivos propostos.

As atividades desenvolvidas na parceria entre SETHAS/RN e UERN compreenderam: mobilização e inscrição dos participantes, montagem das turmas e definição das datas de sua realização, com base nos seguintes meios e instrumentos: contato telefônico, e-mail, banco de endereços disponibilizado pelo MDSA para mensagem eletrônica, entre outros mecanismos. Esses instrumentos de comunicação possibilitaram informar sobre a formação de cadastro de inscrições contendo o perfil dos alunos, com base em modelo disponibilizado pela SETHAS, de acordo com as seguintes regras: inscritos nas atividades pedagógicas por curso, processo de inscrição e repasse das informações sob a responsabilidade do gestor municipal; mapa de inscritos por municípios; o local e data de realização do curso; participação da equipe técnica da contratada na oficina de alinhamento pedagógico e de conteúdos; realização da V oficina de nivelamento, promovida pelo MDS em Brasília; oficina de nivelamento e planejamento da equipe CAPACITASUAS/UERN em Natal e Mossoró; elaboração do cronograma de realização do curso, discriminação do quadro pedagógico responsável por cada turma; lista e quantitativo de participantes inscritos, discriminados por município; arquivo eletrônico específico com as fichas de cadastro dos perfis dos alunos e planilha financeira discriminando os custos incorridos, entre outras ações (PRODUTO I, CAPACITASUAS/UERN, 2014).

A UERN de forma coletiva efetivou o compromisso social em relação à prestação de serviços, porém houve dificuldades iniciais em relação às acomodações nas duas primeiras semanas, as quais foram solucionadas e reiniciadas as atividades. Entretanto, o compromisso social com a comunidade e com uma educação de qualidade, permanente e emancipatória teve balizada

também, no arcabouço teórico/metodológico expresso na matriz curricular dos cursos, nos seus objetivos, referencial teórico/metodológico e no compromisso dos instrutores e dos profissionais e gestores que contribuíram em sua construção e garantiram através de sua participação a troca de experiência e de vivências.

Como já foi apontada, a proposta previa a realização de três cursos destinados a gestores, trabalhadores e dirigentes da rede socioassistencial Municipal e Estadual, conselheiros da assistência social, no exercício de suas competências e responsabilidades. Continha procedimentos a serem seguidos, os quais foram cuidadosamente realizados e de acordo com as matrizes teóricas. Todavia, este processo foi um desafio enriquecedor para a formação dos docentes, nos aproximou da realidade institucional dos municípios e reavivou nosso compromisso em contribuir com uma política necessária e imprescindível para o enfrentamento da questão social presente nas situações de vulnerabilidade e risco social.

O Curso I foi ofertado sem a observância entre quem realmente precisava de nivelamento e quem estava há algum tempo no exercício da política de assistência social. As diferenças de conhecimento e experiências, ora provocava distanciamento e em outros momentos, proximidade entre os participantes.

Em tese a discussão da relação da assistência social e o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) requerem um olhar acerca das condições efetivas do município, haja vista ser uma proposta voltada ao fortalecimento da capacidade do município em intervir no combate a pobreza. O BSM foi instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o País, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, como também contando com uma equipe que atua nas mais variadas expressões da questão social.

Os conteúdos a partir das referências indicadas foram trabalhados em sua plenitude pela equipe de professores(as), constituídas de assistentes sociais e economistas, muito embora cada uma adota-se um procedimento metodológico pertinente à formação e técnicas instrumentais de vivências, como o uso de dinâmicas de grupo, mesmo assim, optou-se pela padronização do material, uniformizando conteúdos indispensáveis, a formação e cotidiano profissional dos operacionalizadores do SUAS.

O processo de execução foi (re)planejado e adaptado a partir das demandas, das discussões e das sugestões dos alunos de forma cumulativa, já que eram os(as) protagonistas e impulsionadores(as) do diálogo entre saberes, instituições e poder público municipal, estadual e federal. A proposta relata a experiência enquanto equipe e na ótica da coordenação pedagógica⁵, mediante a realização de vários encontros buscando unificar material didático e abordagens metodológicas, gerando a partir do processo coletivo de planejamento, a elaboração dos slides do curso, no qual padronizamos com a finalidade de garantir a qualidade e uniformidade do curso quanto ao material didático trabalhado em sala de aula; levantando material necessário para realização das oficinas, estudo dirigido e seminário temático, dinâmicas de grupo, roda de conversa, elaboração de atividades de dramatização, entre outras, com reuniões constantes para avaliação do material e o avanço alcançado por turma.

Nesse contexto, foram realizados estudos dirigidos para avaliarmos o aprendizado sobre as concepções de assistência social como política pública; concepção de seguridade social com ênfase na política de assistência social; compreensão sobre pobreza e vulnerabilidade social. Realizamos duas oficinas de aprendizagem com a composição de grupos que relatavam casos vivenciados na prática profissional, as socializações dos estudos de caso foram realizadas através de dramatizações, poesia e relatos de caso. Outra estratégia foi o seminário acerca da concepção, objetivos e a relação dos Planos: Brasil sem Miséria; Viver sem limite e o Crack é possível vencer, nos seus municípios enquanto estratégia de enfrentamento as desigualdades sociais, conforme as particularidades de cada local.

A metodologia adotada buscou problematizar temáticas relacionadas às múltiplas expressões da questão social, a partir das falas, por isso tínhamos pessoas auxiliando o registro e a condução das atividades de forma a garantir a livre expressão dos profissionais/alunos que assumiam o papel de coordenador (a) e relator (a) para o grupo com a incumbência de articular e socializar o debate.

Nesse ínterim, os grupos discutiram a partir da ótica da expressão dos conceitos norteadores, o contexto em que se materializam as problemáticas que interferem no exercício profissional, já que esta metodologia foi realizada após a

5 Coordenação pedagógica, Prof. Dr^a Suzaneide Ferreira da Silva Menezes; Coordenação administrativa: Prof. M. Etevaldo Almeida Silva e a TNS Dr^a Lígia Maria Bandeira Guerra.

aproximação à Constituição Federal de 1988, pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 com suas atualizações e consubstanciado no SUAS. A metodologia buscava a aproximação aos instrumentos conceituais e metodológicos que os capacitassem a realizar registro sistemático, reflexão e avaliação quanto à adequação, habilidades e atitudes necessários ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e à implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria, bem como de suas práticas profissionais e processos de trabalho aos princípios e diretrizes do SUAS e as reais necessidades apresentadas pelos usuários e beneficiários dos serviços e benefícios socioassistenciais. A dinâmica trabalhada possibilitou, ainda clareza na interface fortalecimento do combate à pobreza, aos riscos e às vulnerabilidades sociais.

O roteiro norteador das discussões refere-se à problematização das situações recorrentes de vulnerabilidade e riscos sociais, situação socioeconômica da família e situação de negação de direitos. Todavia, ficou claro que o roteiro não se constituía em uma camisa de força, mas em um indicativo mínimo de discussão, de forma que pudéssemos identificar o entendimento destes profissionais sobre a política, principalmente, na efetivação do pacto federativo, além da historicização do problema, demanda apresentada para os trabalhadores da assistência social; cenário criado a partir do acontecimento da situação-problema e, por fim, a percepção do grupo na qual socializam resultados e possibilidades da assistência social frente a capacidade instalada do município.

Após a socialização dos relatos pelos grupos, as discussões contaram com a participação ativa da turma. Por isso, o trabalho realizado a partir da matriz teórica apresentada possibilitou uma discussão aprofundada das temáticas, mesmo em que pese certa repetição de conteúdos. Constatamos, portanto, que ainda há dificuldades de entender o reordenamento da assistência social, assim como algumas resistências no uso adequado dos formulários, prontuário SUAS e outros documentos específicos à gestão, monitoramento e acompanhamento das atividades da política.

Nas oficinas e estudo dirigido, destacamos que nem sempre os trabalhadores apresentavam-se motivados, em virtude das condições efetivas de trabalho e baixos salários, ocasionando em raros momentos o pouco interesse em contribuir com o processo, em outras foi bastante participativa, na qual registramos calorosos

debates, por isso optamos por elaborar uma única proposta de compilação dos resultados das oficinas, como forma de registro das contribuições das turmas. Para registro desses procedimentos fizemos a compilação de fotografias dos trabalhos resultantes dos estudos de grupo cujo resultado encontra-se nos produtos/relatórios, obedecendo aos seguintes questionamentos: concepção da assistência social como política pública; concepção de seguridade social com ênfase na política de assistência social e compreensão sobre pobreza e vulnerabilidade social.

Em síntese, embora este seja um relato de experiência, enalteçemos o fato de que a socialização dos resultados das reflexões realizadas nos grupos aponta para a necessidade de fortalecimento da ação do Estado na gestão da política de assistência social, ampliando e consolidando as pactuações em que aferem responsabilidades compartilhadas entre os três entes federados. Nesse cenário, as metas pactuadas precisam de acompanhamento, no geral ficam esquecidas pelo gestor municipal que não as utilizam como parâmetro para a gestão.

A organização da assistência social a partir do território torna visível os programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais destinados a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias, com a participação e a mobilização da sociedade civil nos processos de implantação e implementação do sistema.

Portanto, demonstram o quanto as várias expressões da pobreza, na qual as desigualdades sociais exigem domínio sobre as múltiplas configurações da questão social, por conseguinte demonstram a fragilidade do sistema pela ausência das equipes de vigilância socioassistencial.

Os debates geraram a identificação das possibilidades e limites do exercício da política de assistência social no âmbito municipal; precarização do trabalho; excesso de demandas postas em seu cotidiano profissional; baixa capacidade instalada do município para a efetivação da garantia de direitos, relativa compreensão da política e dificuldades de compreensão do plano Brasil sem Miséria e sua relação com o SUAS, assim como, elencou uma série de problemáticas a serem revistas, tais como: Adolescente em situação de rompimento com vínculo familiar; violência física, sexual, psicológica, institucional e patrimonial; drogadição; medida socioeducativa; situação econômica estável (pensionista); apropriação indevida do benefício (BPC) pelo cuidador do idoso; adolescente em conflito com a lei; pessoa com deficiência mental vítima de abandono familiar, entre outras. Tais

resultados conduzem a compreensão de que o número de equipamentos sociais é insuficiente que as equipes de referência estão em sua maioria incompletas, que os salários são baixos, assim como a carga horária de 20 horas é insuficiente para a realização das ações socioassistenciais.

No que diz respeito a relação assistência e o sistema de justiça, destacou-se: a ausência, ou número insuficiente, de equipamentos especializados como CREAS, ou instituições de acolhimento institucional; dificuldades para realizar encaminhamentos necessários para garantir o atendimento as demandas socioassistenciais; encaminhamentos de referência e contrareferência sem o retorno ao equipamento de origem; desconhecimento da rede socioassistencial; ausência da intersetorialidade entre as políticas públicas, dos programas existentes e de acessibilidade aos usuários; entre outras, fragilidades identificadas, além da judicialização da assistência social, em que várias secretarias estão com termos de ajustes de conduta.

No Curso II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e duração de cinco dias, assim como os demais cursos. Abordamos a gestão do SUAS com foco em vigilância socioassistencial; o que é o SUAS; como a gestão do SUAS é organizada entre União, estados, Distrito Federal e municípios; o que é Vigilância Socioassistencial e como ela pode contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do SUAS; qual a relação do SUAS com o Plano Brasil sem Miséria.

Para tal, adotamos como percurso metodológico: aula expositiva; *snow boll* (dividindo os alunos em grupos em 4 grupos. Cada grupo discutia e socializava seus entendimentos e compreensão acerca dos temas: LOAS, PNAS, SUAS e NOB/SUAS; debates; vídeo; atividade com questões objetivas; trabalho em equipe – resolução de estudo de caso que trazia a problemática na identificação das vulnerabilidades existentes no território (dividimos os alunos em cinco grupos e cada um trazia a possibilidade de resolução para a problemática posta). A socialização foi realizada com a participação de toda turma.

Na abordagem sobre o diagnóstico socioterritorial para ações do BSM e do SUAS, privilegiamos: os conceitos de risco e vulnerabilidade para fins de planejamento da intervenção governamental e os indicadores sociais. Nessa perspectiva, optamos por: aulas expositivas; debates; vídeo; trabalho em equipe – elaboração do fluxograma a partir do estudo de caso.

No módulo II, abordamos as fontes de dados e indicadores sociais, a partir das principais fontes de dados, pesquisas, publicações e sites para busca e construção de indicadores nas diversas temáticas sociais a partir das instituições produtoras de informação estatística no Brasil; do acesso a bases de dados para construção de indicadores necessários à elaboração de diagnóstico socioassistenciais. Para tal, realizamos aulas em laboratório de informática para consulta as páginas do IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano (IDHM), MUNIC (MUNIC AS). Além destes, acessamos o sistema de informação da SAGI, para a aproximação ao SUAS VISOR, CADASTRO, CENSO SUAS.

No módulo III, os instrumentos e ferramentas para o diagnóstico acessamos os Boletins e Relatórios, objetivando conhecer e manusear algumas ferramentas como: o MI Social, o Tab Social e o Data Social, Identificador de Domicílio em Vulnerabilidade (IDV), Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS). RI de Proteção Social Básica; RI de Proteção Social Especial; RI de Inclusão Produtiva; RI de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV); RI de Segurança Alimentar e Nutricional.

No curso III que teve como objetivo fornecer aos trabalhadores (as) que atuam diretamente nas atividades de gestão dos Fundos de Assistência Social, subsídios conceituais e tático-operativos atualizados quanto aos processos e procedimentos relacionados ao sistema de planejamento orçamentário brasileiro e à gestão financeira e orçamentária do SUAS. No tocante a este visa o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos: compreender os conceitos fundamentais relacionados ao sistema e ao processo orçamentário; compreender o processo de construção do orçamento público brasileiro; identificar o lugar da participação dos poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil no processo de construção do orçamento público brasileiro; compreender a importância da inserção das ações de Assistência Social no orçamento público; compreender como é feito o financiamento do SUAS; identificar as responsabilidades dos diferentes entes federativos no financiamento do SUAS; descrever os critérios de partilha dos recursos da União destinados aos estados e municípios para o financiamento do SUAS; identificar o papel desempenhado pelas instâncias de pactuação na definição dos critérios de partilha; compreender e problematizar o papel dos Fundos de Assistência Social no financiamento do SUAS; identificar diferentes possibilidades de

utilização do IGD-SUAS e IGD-PBF; identificar os meios e condições de inserção das demandas provenientes dos Planos de Assistência Social nos orçamentos municipais e estaduais; compreender o papel e as atribuições dos órgãos de controle; identificar os procedimentos de prestação de contas e do exercício do controle interno e externo e; identificar e compreender as atribuições dos conselhos quanto ao controle social da gestão dos recursos da Assistência Social.

Os cursos foram realizados em etapas presenciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e duração de cinco dias, quanto ao público-alvo este se constitui de técnicos que atuam diretamente nas atividades de gestão dos fundos de assistência social (nível médio e superior), dentre estes, foram priorizados os profissionais que possuem vínculo formal (estatutário, celetista e comissionado) com a Administração Pública. Ressaltamos que a matriz pedagógica do Curso e o conteúdo ministrado, foram apresentados, discutidos e planejados na capacitação com todos os professores e estagiários responsáveis pela execução. Para tanto, houve um processo de preparação da equipe que se debruçou sobre todo o material disponibilizado: Livro; caderno de exercícios e slides cujo objetivo foi conhecer e aprofundar o conhecimento do material didático e fazer uma discussão dos procedimentos metodológicos que seriam adotados em sala de aula.

Assim, no processo de operacionalização do curso ocorreram vários encontros entre os professores ministrantes e estagiários buscando unificar material didático e abordagens metodológicas, bem como avaliar a evolução das aulas e dos alunos, fazendo com que os estagiários façam a ponte do conhecimento com a prática do programa participando do planejamento e da execução das aulas ministradas pelos professores.

Quanto ao material didático ressaltamos que todo a elaboração do conteúdo foi disponibilizado com sua matriz pedagógica pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A participação de profissionais de vários municípios em cada turma foi uma experiência bastante produtiva, fato este que as temáticas sobre práticas da Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS proporcionaram discussões instigantes. Sob o ponto de vista didático-pedagógico a relação da troca de saberes entre os cursistas, possibilitou um aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem a partir da socialização das práticas e conhecimentos dos gestores nos seus municípios. Foi possível assim, fazer

comparativos em termos de procedimentos profissionais e práticas adotadas em cada um dos municípios. Durante a semana de atividades dos Cursos em cada polo, a cada início de um módulo, era apresentada a matriz teórica para que os profissionais/estudantes pudessem acompanhar a sequência dos conteúdos trabalhados. Os conteúdos propostos foram apresentados através de aulas expositivas seguidas da realização de oficinas de aprendizagem, exercícios propostos, exibição de vídeos e dinâmicas de interação dos gestores presentes em cada turma.

As aulas expositivas foram organizadas e trabalhadas através da exposição de conteúdos dos *slides* e ilustrações com vídeos temáticos seguidos de discussões dialogadas, além de dinâmicas interagindo com os cursistas o que viabilizou aulas bastante diversificadas e estimulantes. Foram realizadas oito oficinas de aprendizagem através da constituição de quatro grupos que discutiam, socializavam, relatavam e registravam por meio de cartazes os casos vivenciados na prática profissional dos gestores em cada município. Todos os grupos realizaram os estudos de casos propostos no caderno de exercícios debatiam suas práticas e socializavam seus relatos em sala com a participação ativa da turma. Ressaltamos que os trabalhos apresentados e discutidos por grupo possibilitaram uma discussão aprofundada das temáticas, embora tivéssemos identificado uma repetição de conteúdos na matriz pedagógica. Na perspectiva de dinamizar os conteúdos propostos, optou-se pela realização de dinâmicas através de peças de teatro, programas de rádio, paródias e outras estratégias para materialização dos conteúdos.

Por fim, destacamos que foi percebida em muitos dos cursistas um conhecimento aprofundado da legislação que regulamenta a Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, em outros tantos o conhecimento ainda era muito tímido, e, portanto, as atividades em grupo proporcionaram a uniformização de conhecimentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuir com a implementação de ações que deem visibilidade a política da assistência, enquanto tripé da seguridade social, bem como medidas mais concretas dos poderes públicos e das instituições que tenham como finalidade promover a igualdade de direitos e o acesso as ações e benefícios socioassistenciais, principalmente no Brasil, e mais especificamente em regiões como o Nordeste que ainda é atravessado fortemente por práticas assistencialistas e clientelísticas, foi o fio condutor dessa ação.

Portanto, indiscutivelmente considerarmos a experiência importantíssima para o conhecimento e nivelamento do sistema SUAS e da política de assistência governamental. Além do processo ensino-aprendizagem que foi sem sombra de dúvida uma troca de conhecimentos, consideramos as supervisões da SETHAS, do CEAS e do MDS como fundamentais para conhecimento das realidades municipais, no que diz respeito a materialização da política de assistência, bem como na contribuição com o processo pedagógico e administrativo do programa. Sendo assim, a dimensão pedagógica e a administrativa caminharam juntas sendo importante para continuidade dos processos de capacitação e formação, que impactam na carreira dos trabalhadores.

Em decorrência deste programa e do princípio de indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, elaboramos o projeto de pesquisa titulado *Gestão da rede socioassistencial, condições de trabalho e perfil das equipes de referência nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte capacitados no Programa CAPACITASUAS UERN 2014*, vinculado ao Grupo de Estudos Pesquisa em Políticas Públicas/ Serviço Social, questão social e políticas públicas, área de concentração do Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais, da Faculdade de Serviço Social da UERN.

Este projeto tem como finalidade desenvolver um processo investigativo acerca das estratégias de gestão da rede socioassistencial, condições de trabalho e perfil das equipes de referência nos municípios do RN que participaram deste processo. A pesquisa, em andamento, tem relevância para o avanço da política da assistência social, em nível de estado, podendo auxiliar no subsídio a novas capacitações, contribuir para a elaboração do plano estadual de assistência social,

contribuir para a melhoria dos arranjos institucionais, em fim promover mudanças inovadoras na formação dos trabalhadores da assistência social a partir da obtenção do perfil e formas de contratação das equipes de referências.

Portanto, contribuir com a melhoria da gestão da rede socioassistencial, os arranjos institucionais, as condições de trabalho e perfil das equipes de referencia são sem dúvidas a materialização de que a PNEP é uma política de qualidade e que as capacitações promovidas em parcerias com os Estados e municípios são oportunidades de qualificação dos pactos e reordenamentos previsto no marco regulatório deste sistema e política. Por fim, consideramos que os gestores, profissionais e conselheiros foram os responsáveis diretos pelo êxito deste programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma operacional básica da assistência social**: NOB/SUAS. Brasília: [s.n.], 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social**. Brasília: [sn.], 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 dez. 1993, p. 18769.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988, p. 01. (191-A).

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. Brasília: IPEA, 2007

KOGA, Dirce. O Território e suas múltiplas dimensões na política de assistência social. **Cadernos de Estudos**. Desenvolvimento Social em Debate. Textos para a V Conferência Nacional de Assistência Social. N. 2 MDS, dez. 2005.

KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. A Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social. **Cadernos Abong**, 2005.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Serviço Social e Sociedade** n. 87, São Paulo: Cortez, 2006, p.77.

RELATÓRIO TÉCNICO - PRODUTOS CAPACITASUAS I - PROEX/UERN MOSSORÓ, 2015.

RELATÓRIO TÉCNICO - PRODUTOS CAPACITASUAS II - PROEX/UERN MOSSORÓ, 2015.

RELATÓRIOS TÉCNICO - PRODUTOS CAPACITASUAS III, PROEX/UERN MOSSORÓ, 2015.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - PRODUTOS CAPACITASUAS IV - PROEX/UERN MOSSORÓ, 2015.

SPOSATI Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.